

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



POVO KANINDÉ DE ARATUBA-CE: HISTÓRIA, AFIRMAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL E EDUCAÇÃO¹

KANINDÉ PEOPLE OF ARATUBA-CE: HISTORY, ETHNIC-CULTURAL AFFIRMATION AND EDUCATION

Antônio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab
José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará – UFC

Resumo

Objetiva-se demonstrar traços étnico-culturais identitários e aspectos educacionais indígenas dos descendentes do povo Kanindé da localidade de Fernandes, Aratuba, Ceará, Brasil. O problema norteador da pesquisa desponta da histórica tentativa eurocêntrica de apagar, ofuscar e/ou destruir o legado cultural de nossos ancestrais indígenas. Metodologicamente trata-se de um estudo empírico, descritivo-exploratório e de abordagem qualitativa. Como procedimento técnico, utiliza-se o estudo de caso etnográfico. Quanto às técnicas de geração de dados, adotam-se documentos, cadernos/notas de campo com observações diretas, entrevistas, registro de fatos, fotografias, vídeos e artefatos de uso cotidiano do povo indígena Kanindé. Como fundamento teórico-epistemológico, acolhem-se autores como Certeau (1994), Chartier (1990), Geertz (1978), Grando (2010) e Ribeiro (1983). Conclui-se que o povo Kanindé resiste, preserva e mantém viva sua identidade étnico-cultural.

Palavras-chave: Povo Kanindé. Identidade étnico-cultural. Educação.

Abstract

It aims to demonstrate ethnic-cultural identity traits and indigenous educational aspects of the descendants of the Kanindé people from Fernandes, Aratuba, Ceará, Brazil. The guiding problem of research emerges from the historic Eurocentric attempt to erase, obfuscate, and/or destroy the cultural legacy of our native ancestors. Methodologically this is an empirical, descriptive-exploratory and qualitative approach. As a technical procedure, the ethnographic case study is used. Regarding data generation techniques, documents, notebooks/field notes with direct observations, interviews, record of facts, photographs, videos and daily use artifacts of the Kanindé indigenous people were adopted. As a theoretical-epistemological foundation of this research, authors such as Certeau (1994), Chartier (1990), Geertz (1978), Grando (2010), and Ribeiro (1983). It is concluded that the Kanindé people resist, preserve and keep alive their ethnic-cultural identity.

Keywords: Kanindé people. Ethnic-cultural identity. Education.

¹ Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de pesquisa pós-doutoral do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) concedida por meio do Edital 05/2017/UFC/PPGE.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Introdução

O presente artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa para estágio pós-doutoral apresentado e aprovado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Ceará (UFC). O estágio pós-doutoral em alusão é derivado do Edital nº 05/2017, referente ao processo seletivo para bolsistas do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), de concessão institucional em Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A pesquisa é de caráter historiográfico regional e faz parte do projeto “Índios Kanindés de Aratuba-Ceará: cultura, memória e educação”. A problemática norteadora do estudo desponta da histórica tentativa de apagar, ofuscar e/ou destruir o legado cultural de nossos ancestrais nativos (indígenas). Essa tem sido, ao longo de nossa história de formação como nação, uma tentativa eurocêntrica e etnocêntrica, cujas consequências refletem-se tragicamente na identificação e reconhecimento de nossos traços étnico-culturais indígenas (MENEZES, 1991-1992).

Metodologicamente esta pesquisa segue o método fenomenológico. É do tipo descritivo-exploratória e de abordagem qualitativa de estudo empírico com base em fontes de pesquisa de campo. É de natureza básica estratégica e emprega como procedimento técnico o estudo de caso etnográfico. Para a geração de dados e informações peculiares, analisamos, além de fontes secundárias, como livros, artigos de periódicos e documentos oficiais, fontes primárias, como documentos historiográficos, cadernos de campo, observações diretas, entrevistas e registros de fatos, fotografias, vídeos e artefatos, visando compreender as invenções do cotidiano do povo indígena Kanindé do município de Aratuba, Ceará (BARROS; LEHFELD, 2003; CERTEAU,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



1994).

No tocante às técnicas para a coleta de dados e informações, ademais da observação direta e entrevistas não diretivas, empregamos interpretações de recursos imagéticos e história oral, pois consideramos a voz do passado como fonte confiável (THOMPSON, 1992), com vistas a uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978) direta das práticas cotidianas do povo Kanindé do município de Aratuba-CE. Como técnica de análise, articulamos a realidade social do empírico-concreto atual com a trajetória histórica e cultural do povo indígena Kanindé. Nesse sentido, a pesquisa

utiliza uma variedade de estratégias e diversidade de técnicas, a partir de observações participantes e contextualizadas e de anotações feitas em campo, com o objetivo de fazer uma descrição interpretativa do modo de vida, da cultura e da estrutura social do grupo pesquisado (CHIZZOTTI, 2011, p. 72).

Este artigo objetiva demonstrar traços étnico-culturais identitários e aspectos educacionais indígenas dos descendentes do povo Kanindé da localidade de Fernandes, Aratuba-CE. A escrita está dividida em quatro tópicos textuais. No primeiro momento (esta introdução), o texto trata do desenho geral da pesquisa elencando os principais elementos históricos e teórico-metodológicos. No segundo tópico, o texto encarrega-se de identificar e tentar compreender os diversos traços étnico-culturais do povo Kanindé. No terceiro ponto, a abordagem versa sobre a educação formal do e com o povo Kanindé. Por fim, como último elemento textual, vem a conclusão, que retoma o objetivo geral e verifica de forma sucinta se houve o alcance pretendido pelo objetivo da pesquisa.

Povo Kanindé de Aratuba: afirmação e identificação étnico-cultural

Somos índios por causa da geração passada. Temos uma mistura do sangue dos nossos avós, tataravós, pais e nossas histórias que vivemos no passado (CEARÁ, 2007, p. 23).

A compreensão sobre a realidade local dos nativos indígenas do e no Brasil tem a ver com a realidade geral. Nesse sentido, faz-se necessário buscar entender como se

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



deu o processo colonizador diante dos milhões de nativos indígenas que habitavam estas terras, mais tarde chamada de Brasil. Ao chegarem nestas terras a partir de 1500, os colonizadores portugueses encontraram uma população nativa indígena estimada entre 3 e 5 milhões de pessoas, distribuídas em cerca de 900 etnias e 1.300 troncos linguísticos (GOMES, 1991; RAMOS, 1995).

Contudo, ignorando a cultura dos nativos e tentando implantar a sua como superior, os colonizadores portugueses destinaram aos indígenas toda a sorte de dizimação e extermínios, o que levou a uma redução drástica e gradativa da população nativa. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena em 2010 era de 896.917 (correspondendo a 0,47% da população brasileira), distribuída em 305 etnias e em torno de 274 troncos linguísticos. Do total de indígenas, apenas 57,75% residem em terras demarcadas como territórios próprios, 63,8% vivem em zonas rurais e os outros 36,2% em zonas urbanas.

Ainda conforme o censo, as maiores etnias são: Tikúna (com cerca de 46 mil componentes indígenas), Guarani Kaiowá (com 43,4 mil), Kaingang (com 37,4 mil), Makuxí (com 28,9 mil), Terena (com 28,8 mil) e Tenetehara (com 24,4 mil). Os indígenas brasileiros estão presentes nas cinco regiões do país. Estima-se que no Norte vivam cerca de 38,2% de indígenas; no Nordeste, 25,9%; no Centro-Oeste, 16%; no Sudeste, 11,1%; e, no Sul, 8,8%. Os territórios indígenas mais populosos são: Yanomamis (Amazonas e Roraima), com cerca de 25,7 mil indígenas; Raposa do Sol (Roraima), com cerca de 17 mil indígenas; e Évare I, com cerca de 16,6 mil indígenas. Os estados brasileiros que apresentam mais concentração de indígenas são: Amazonas, com 20,50%; Mato Grosso do Sul, com 8,6%; Pernambuco, com 6,8%; e Bahia, com cerca de 6,7%. A taxa de alfabetização formal indígena (levando em conta pessoas com 15 anos ou mais) é de 76,7% (IBGE, 2010).

Desse modo, os diversos e inúmeros estudos culturais no Brasil apontam

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



pressupostos de que a nossa formação social tende a cultivar a ideologia legada pela colonização europeia, a qual se centra em um arcabouço cultural imaginário e simbólico eurocêntrico que prima por uma raça branca e pregadora da fé cristã católica como religião única e verdadeira, superior às demais. Essa tem se tornado uma problemática vivida, sentida e, muitas vezes, imposta no seio da sociedade brasileira. Em consequência, ao longo da história de formação de nossa sociedade, tem-se cultivado o preconceito, o racismo e a discriminação de nossas origens étnico-culturais indígenas e africanas.

Por outro lado, essa tentativa de imposição cultural eurocêntrica também tem encontrado resistência/sobrevivência por parte dos nativos ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira, longe de querermos negar os genocídios endêmicos, epidêmicos e outras formas de massacre e extermínios aos nossos nativos indígenas.

Os estudos culturais historiográficos remetem-nos a muitas interpretações. Todavia, faz-se mister deixar posto como ponto de partida o que entendemos por cultura em seu significado mais amplo e epistemológico. Neste caso, acolhemos cultura na perspectiva de Geertz (1978, p. 103), para quem

o conceito de cultura [...] não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.

Todavia, o termo *cultura* não deve ser usado aleatoriamente, já que a escolha desse vocábulo remete à tomada de uma posição acadêmica e também política de acordo com o contexto cultural de cada época. Nesse sentido:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões, delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (CHARTIER, 1990, p.17).

O fato é que as principais razões do pluralismo cultural existente nestas terras pós-colonização gira indissociavelmente em torno do encontro e permanência das três principais etnias: o nativo (chamado de índio pelos colonizadores), o europeu colonizador (chamado de branco) e o africano (chamado de negro). Mas, ao longo do processo histórico de formação da nação, o colonizador quis sempre sobrepor sua cultura, sobretudo à cultura nativa indígena e à afro-brasileira, trazendo consequências insuperáveis à ideia de identificação, reconhecimento e afirmação étnico-cultural e racial.

Contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil, ao longo dos 500 anos de colonização, não somente elaboraram diferentes estratégias de resistência/sobrevivência, como também alcançaram nas últimas décadas, como recentemente noticiou a imprensa, um considerável crescimento populacional, 3,5% ao ano, maior que a média da população brasileira em 1,6%, segundo estimativa do IBGE (*Folha de São Paulo*, 24/03/01, p. A9), questionando assim as tradicionais visões eurocêntricas e colonialistas, o que exigiu reformulações das teorias explicativas sobre o destino desses povos. (SILVA, 2003, p. 40).

Dessa forma, não deve ser um pensamento hegemônico de que os nativos indígenas brasileiros aceitaram ou aceitam passivamente sua dizimação. Ao contrário, essas etnias sempre tentaram e ainda tentam resistir às violências e seu extermínio de algumas formas. Exemplo dessa tentativa de resistência/sobrevivência e afirmação étnico-cultural é o caso do povo Kanindé.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Figura 1 – Vista da aldeia Kanindé em Fernandes, Aratuba-CE



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2018).

A atual comunidade da localidade de Fernandes, antiga “Terra da Gia”, município de Aratuba-CE, é habitada por descendentes/remanescentes do povo Kanindé, que, segundo o cacique Sotero, são originários de Mombaça-CE. “A nação saiu daquele município, passou por Quixeramobim, Quixadá, parte veio para Canindé e parte se instalou em Aratuba” (CEARÁ, 2007, p. 31). Hoje os Kanindés são reconhecidos como etnia pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que está a delimitar o território desse povo em 1.700 hectares. Atualmente (abril de 2018), a comunidade de Fernandes chega a 1.300 pessoas, incluindo descendentes de índios e não índios. Esse total abrange em média 280 famílias. Porém, quando se refere somente a indígenas Kanindés, o número é de 942 membros aldeados identificados como descendentes dos índios Kanindés, o que corresponde a 240 famílias nativas em média (SIASI-DISEI, 2018).

Os Kanindés têm como ancestrais o grupo étnico Tarariús, que circulava e habitava áreas adjacentes à bacia hidrográfica dos rios Choró, Quixeramobim e

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Banabuiú. O povo tem a denominação de Kanindé em alusão ao chefe indígena Canindé, sucessor de Janduí, grande chefe da nação dos Janduís da etnia dos Tarariús. A tradição dessa etnia era a de chamar o seu povo pelo nome de seu chefe. Assim, quando Janduí faleceu, seu sucessor foi Canindé, chefe e guerreiro destacado. A partir de 1995, com a reivindicação de identificação e afirmação étnico-cultural, os descendentes da etnia chefiadas por Canindé passaram a utilizar o etnônimo Kanindé (GOMES, 2012).

Os antepassados dos atuais Kanindés, os Janduís, habitaram primeiramente o sertão, sobretudo as terras compreendidas entre as Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (do Norte). Porém, após o “Assento das pazes, registrado em 1692 entre o Chefe Janduí e o rei de Portugal”, os Janduís, chefiados por Canindé, passaram a circular e a serem vistos também na Capitania de Siará-Grande. Já na primeira metade do século XVIII, “em 1734”, os Kanindés receberam “Sesmaria e, em 1739”, fizeram aliança com o povo Jenipapo. Em seguida, “em 1764”, os Kanindés aliados aos Jenipapos transferiram-se para as terras da Vila de Monte-mor-o-novo-D’América, atual município de Baturité-CE, situado no sopé da serra que dá acesso ao município serrano de Aratuba-CE (GOMES, 2012, p. 77).

É salutar deixar posto que, até o ano de 1995, os integrantes do povo Kanindé, os Canindés, não se autodeclaravam como descendentes indígenas, pois tinham receio de represálias e preconceitos por parte dos “homens brancos” da região, especialmente os da fazenda adjacente Alegre. Aliás, o processo de delimitação da terra do povo Kanindé teve seu início com um acirrado conflito, em 1996, pela disputa em torno da “Terra da Gia”, antigo nome do atual território da etnia, que envolveu todo o povo Kanindé diante de um grupo de trabalhadores rurais que queriam incluir parte da terra indígena nas áreas de cultivo da fazenda Alegre. No entanto, a área em questão já era tradicionalmente dos Kanindés, que a utilizavam para a caça, agricultura familiar e desenvolvimento de suas tradicionais práticas culturais relacionadas à ancestralidade do

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



povo indígena Kanindé (MARTINS; SANTOS, 2016).

Porém, com a intervenção e apoio da Associação Missão Tremembé (Amite), os Kanindés intensificaram a busca e defesa de afirmação e reconhecimento étnico-cultural, conquistando em definitivo seu “pedaço de chão”, inicialmente conhecido como “Terra da Gia”, correspondente hoje à localidade de Fernandes, com cerca de 300 hectares de extensão territorial, habitada praticamente por duas famílias: dos “Franciscos” e dos “Bernardos”. A resistência natural e autônoma do povo Kanindé em defender seu “pedaço de chão” e sua cultura significava muito mais do que somente a representação de posse daquela terra. A parte material podia ser importante, mas havia algo mais representativo, em particular para aqueles indígenas urbanizados: a memória ancestral e cultural de seu povo. A compreensão dessa memória retrata e ratifica que “nós somos animais completos e inacabados que nos completamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas de formas altamente particulares de cultura” (GEERTZ, 1978, p. 153).

Apesar da violência e sistemática dizimação de indígenas durante o processo histórico de formação da sociedade brasileira, a memória e os traços identitários étnico-culturais desses povos nativos ainda podem ser encontrados nos mais diversos rincões deste país por meio do patrimônio histórico-cultural material e/ou imaterial. Esta é, por exemplo, a realidade do povo indígena Kanindé da localidade de Fernandes/Balança. Os remanescentes do povo indígena Kanindé resistem ao longo do tempo com seus matizes e suas matrizes culturais expressos em suas memórias e nas práticas culturais. Nesse sentido, a comunidade indígena de Aratuba-CE, mantendo a tradição da etnia, é liderada por um cacique, Sotero, um pajé, Maciel, e um líder nato, Cícero.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Figura 2 – Lideranças do povo Kanindé de Aratuba-CE



Fonte: <<http://escolakaninde-indio.blogspot.com.br/2012/04/jogos-tradicional-do-povo-kaninde.html>>.

Os Kanindés de Aratuba-CE possuem como líderes: o senhor José Maria Pereira dos Santos, o cacique Sotero, representando a defesa do território e de seu povo Kanindé; Manoel Constantino da Souza, o pajé Maciel, líder espiritual, responsável por manter viva a memória, o legado histórico-cultural da etnia e o curandeirismo com base no conhecimento de ervas e plantas medicinais; e José Cícero Pereira dos Santos, o Cícero, liderança viva do povo Kanindé, que fundou a Associação Indígena Kanindé de Aratuba (Aika) em 19 de outubro de 1998, que busca e defende o reconhecimento étnico-cultural e os direitos sociais do povo Kanindé permanentemente.

O cacique Sotero, em defesa do legado de seu povo desde o início da década de 1990, passou a arquivar artefatos diversos que se reportassem de alguma forma à memória do povo Kanindé. Porém, somente a partir do ano de 1995, os Kanindés de Aratuba-CE passaram a delimitar e demarcar definitivamente seu território e sua afirmação étnico-cultural, inclusive com a implantação e implementação de suas instituições para os acervos culturais e educacionais (CEARÁ, 2007).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Na sede dos Kanindés, entre outras instituições, encontram-se a Aika, com o Museu Indígena Kanindé: Ponto de Memória ao lado, a Oca, a Capela de São José e a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, fundada por ações autônomas de reivindicações e resistência da etnia. O Museu, desde 1996, passou a ser aberto a visitas, mas o processo de formação de seu acervo veio do início da década de 1990, quando, preocupadas com a história, memória e legado cultural, as lideranças da etnia passaram a guardar seus acervos de memórias. O Museu pode ser visto como o primeiro marco de afirmação étnica e cultural dos índios Kanindés: “O Museu foi formado a partir da grande paixão do cacique Sotero em guardar e colecionar objetos que fizessem referência aos seus antepassados, seus costumes e modos de vida” (MARTINS; SANTOS, 2016, p. 30).

Figura 3 – Associação Indígena Kanindé de Aratuba (Aika)



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2018).

Agregado à Aika, encontra-se o Museu do povo Kanindé como espaço de memória e preservação do patrimônio histórico-cultural. No Museu, pode-se encontrar um acervo diversificado e representativo da cultura Kanindé, indo da fauna,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



representando as práticas da caça, aos artefatos artesanais diversos, representando as práticas culturais do saber-fazer do cotidiano do povo Kanindé.

Figura 4 – Museu Indígena Kanindé: Ponto de Memória e a Oca aos fundos



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2018).

Nas paredes externas do Museu, há imagens dos animais que ainda existem na aldeia, como o desenho do peba e da arara. Em seu interior, é possível deparar-se com uma vasta quantidade de couros/peles de animais de caça e modelos de fabricação artesanal de suas armadilhas, como o quixó de gerigonça para capturar preás, mocós, tejos, pebas, veados, tatus, nambus, seriemas, juritis etc., bem como o landuá de cipó para a pesca, além de peças como peneiras, cestarias etc.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Figura 5 – Acervo do Museu Indígena: peles, couros de animais e armadilhas para caça



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2018).

É reacional destacar que a caça, a pesca e/ou o extrativismo vegetal são praticados de forma sustentável. Isso fica expresso na fala de uma das lideranças locais, o senhor José Cícero Pereira dos Santos:

Todos os animais que são expostos, com exceção de um, ainda são fáceis de encontrar em nossa reserva, que é uma mata, se chama Terra da Gia, uma das reservas indígenas [...], em relação à pesca e à caça. A cultura é no plantio de fava, feijão e milho, para se alimentar, além da caça. A pesca ninguém pesca. O que predomina mais aqui é a caça e o artesanato, feito principalmente por dona Tereza, que faz pena, sementes.

Com efeito, os Kanindés aprenderam de seus ancestrais e ensinam à posteridade que essas ações devem ser feitas peculiarmente para obtenção do sustento, em período que não viole a gestação e procriação dos animais ou período da prenhe (CEARÁ, 2007).

Sobre o acervo do interior do Museu, José Maria Pereira dos Santos, o cacique Sotero, explica:

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Os acervos do Museu, as peças que a gente mostra, nós temos todas ainda em uma reserva dentro da aldeia. É que nós gostamos muito de caça. E todas são caças. Nós comemos a carne e, aqui e acolá, nós tiramos o coro e fazemos esse sistema aqui para mostrar que [...] ainda temos; se quiser adquirir qualquer peça dessa lá na reserva, a gente tem tudo isso.

Por outro olhar, é possível perceber no interior do Museu Kanindé um acervo de variadas peças artesanais, como utensílios de couro, cascos, penas e artefatos, sobretudo, cipós, palha, cerâmica, indumentárias, vegetais, minerais, adornos, equipamentos musicais, moedas, medalhas, além de inúmeros instrumentos para o trabalho na roça, próprios da agricultura de subsistência, atividade ainda muito praticada pelos Kanindés. Sem dúvida, os Kanindés de Aratuba-CE “estão conseguindo manter viva a história de seu povo através do Museu, que serve também de fonte de pesquisa para toda a região” (CEARÁ, 2007, p. 31).

De fato, os traços indígenas do povo Kanindé são visíveis material e imaterialmente, podendo ser facilmente encontrados no cotidiano da comunidade indígena de Fernandes, em Aratuba-CE. O povo Kanindé se autodenomina de “povo caçador”. Todavia, a prática do caçar vai além do que o simples fato de conseguir a presa para alimentação. Por ocasião da preparação do ato de caçar com suas técnicas e armadilhas específicas legadas de seus ancestrais, como o uso de quixós, arapucas, fojos, espingardas, chamarizes etc., os Kanindés invocam e declamam caçadas exitosas de seus antepassados, tornando o ato de caçar mais uma dentre tantas outras representações identitárias culturais vividas e revividas no seio do povo Kanindé (GOMES, 2012).

Os Kanindés também cultivam o sincretismo cultural religioso do colonizador com práticas de algumas manifestações, sendo as principais: o Roubo do Santo e a Festa de São José. O Roubo do Santo se dá quando os sinais de inverno ruim aparecem. Daí uma pessoa

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



da comunidade furta um santo do vizinho e permanece com a imagem. No entanto, no mês de junho, normalmente o mês em que o inverno termina, as pessoas da comunidade se reúnem e fazem uma caminhada com a imagem do santo, circunstância em que entoam cânticos religiosos. A veneração com o santo passa pela igreja (católica) e pelas casas de doentes e segue à casa do verdadeiro dono. Ao término, as pessoas cantam benditos, rezam um terço e comemoram a colheita e o inverno no caso de ter sido bom. “O mais bonito é que todo mundo participa: adulto, criança, idoso, todos vão agradecer ao santo, diz Rita Pequeno, para ela o mais importante é passar esta tradição para as outras pessoas” (CEARÁ, 2007, p. 8).

Com relação à Festa de São José, padroeiro do Ceará, ocorre no período de 9 a 19 de março, sendo uma das manifestações mais tradicionais da comunidade dos Kanindés. Antes mesmo da construção da capela, os Kanindés, no dia 19 de março, saíam a pé em peregrinação venerando o santo até a sede do município, para se juntarem aos demais fiéis a fim de pedirem e agradecerem por um bom inverno, saúde, boa colheita e proteção aos agricultores. “Nestas ocasiões todos se reúnem: índios, pretos, brancos. É uma união só, relata D. Rita Pequeno” (CEARÁ, 2007, p. 9).

Ademais das manifestações religiosas supracitadas, os Kanindés cultivam a dança do toré como uma das expressões mais significativas da etnia. Entretanto, apesar de já ser conhecida e praticada desde as origens do povo Kanindé, a dança só despontou como prática contumaz no seio da etnia a partir de 1995, quando os Kanindés assumiram publicamente suas origens. O toré dos Kanindés, além de ser um ritual de agradecimento a Deus pela vida e sobrevivência, traduz-se em busca por forças aos encantados da natureza (espíritos) para paz interior e preparação para lutas. Trata-se de um ritmo compassado e sereno. Os instrumentos para a prática do toré² são: “maracás

² Toré de reabertura do Museu dos Kanindés. Disponível em: <<https://youtu.be/dmna14wddfy>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



feitas de coité e tambores de madeira. As músicas falam de animais, plantas e agradecem a Deus. A dança é realizada em rodas. Os trajes são feitos de pena. São utilizados cordões e pulseiras de sementes de cores variadas e o cocá feito de penas” (CEARÁ, 2007, p. 11).

Os Kanindés também mantêm viva a tradição nativa das olimpíadas desde o ano de 2000. Participam dos jogos indígenas Kanindés crianças, jovens e adultos. Os jogos dos Kanindés ou miniolimpíadas preservam as tradições nativas. São competições variadas, como: arremesso de arco e flecha, corrida de tora, queda de braço, cabo de guerra, atletismo, futebol etc. É uma prévia preparatória para a participação nas olimpíadas estaduais. A cultura lúdica dos jogos indígenas, embora pareça simplória para muitos/as, tem um significado potente para os que buscam compreendê-la. Os diversos jogos praticados por ocasião desses jogos, além de despertarem cognitivamente, são indispensáveis para o desenvolvimento de sentimento de afeto, pertença identitária de uma coletividade e desenvolvimento de uma educação intercultural (RIBEIRO, 1983).

[...] o estudo da cultura lúdica entre os diferentes povos pode não se revelar de grande interesse na academia. No entanto, uma visão de sobrevoos em paragens outras se faz imprescindível nesse momento, para situar o brincar em outra perspectiva paradigmática, que não aquela imposta “oficialmente” em nosso meio (GRANDO, 2010, p. 14).

Os Kanindés desenvolvem outros ofícios dos saberes-fazer. São invenções do cotidiano (CERTEAU, 1994) para complemento da renda familiar. Além dos artesanatos de barro, como panelas, potes, quartinhas, alguidares, os Kanindés também têm ofícios e modos de fazer outros artesanatos, a exemplo das bonecas de pano e dos artesanatos de palha de bananeira: tapetes, bolsas, carteiras, agendas etc. Outros ofícios e modos de fazer dos Kanindés são os artesanatos de madeira, como: esculturas diversas, colheres de pau, garfos, travessas, copos, ornamentos, dentre outros.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Ainda na esteira do arcabouço cultural dos índios Kanindés, existe outro ofício ou modo de fazer: o mocoioró. Trata-se de uma bebida típica dos Kanindés feita do caju, o qual, depois de curtido em utensílios como potes ou cabaças por cerca de um ano, tem seu líquido coado e liberado para ser consumido. O mocoioró era utilizado pelos Kanindés somente para fins domésticos, não obstante, a partir do contato e uso com os Tremembés de Almofala e Tabebas de Caucaia, os Kanindés também passaram a usar o mocoioró em eventos festivos, como durante a dança do toré, para comemorar alguma conquista ou somente por prazer e relaxamento para novas lutas e conquistas.

Os Kanindés também são identificados por gostarem de ficar em baixo das árvores. É um dos costumes e cultura que os professores Kanindé tendem a preservar [...]. A tradição de chupar manga, chupar coco, catolé, chupar maracujá de vaqueiro, armar quixó, armar arapuca, buscar lenha nos matos, rezar terços nas casas, fazer artesanatos, visitar pessoas doentes e ajudar os próprios vizinhos. Além das diversões de jogos de bola; pesquisa na aldeia e visitando o museu indígena comunitário, assim pode se conhecer o que os índios Kanindé têm de bom para mostrar aos que vêm visitar a aldeia (SILVA, 2016, p. 18).

Na aldeia Kanindé, não faltam também lendas, curiosidades e superstições contadas pelos mais velhos. São tradições que perpassam gerações. Assim, por exemplo, é a lenda da caipora que os caçadores da aldeia contam, os quais dizem que ela está por perto quando escutam assovios e garranchos quebrando ao estarem em suas casas. Para matar essa entidade fantástica, é preciso estar com um pedaço de fumo e colocar em cima de uma pedra para atraí-la. Porém, na aldeia nenhum caçador conseguiu ver ou matar uma caipora, mesmo tendo estórias sobre caçador que já levou surra dela³.

Outra lenda bastante conhecida na aldeia é a do curral, segundo a qual um indivíduo se dirige a um curral e ali tira toda a roupa, rolando (espojando) no chão como

³ “Substantivo de dois gêneros. Entidade fantástica da mitologia tupi muito difundida na crença popular, talvez derivada da crença no curupira, do qual seria uma variante, e que é associada às matas e florestas e aos animais de caça, dele se dizendo que aterroriza as pessoas e é capaz de trazer má sorte e mesmo causar a morte; caipora” (HOUAISS, 2009, s.p.).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



um cavalo, jumento ou burro, tendo que sair antes de o galo cantar, se não vira animal para sempre (SANTOS et al., 2008).

Existem outras peculiaridades no e do cotidiano dos Kanindés como afirmações étnico-culturais. Algo que merece destaque, por exemplo, são as relações recíprocas de reconhecimento entre os Kanindés. Essas relações ocorrem em vários níveis e com diferentes conteúdos. Conforme apanhado de Gomes (2012), essas relações vão da simples troca de produtos agrícolas e serviços da roça à cessão de mulheres (irmãs e filhas) para casamentos. Nesse sentido, na comunidade indígena Kanindé há muitos casamentos entre parentes consanguíneos, o que os torna muito semelhantes fisicamente e faz com que suas crianças apresentem diversos problemas congênitos, como surdez, problemas mentais, deficiências físicas e necessidades especiais inúmeras.

Outra particularidade no interior da comunidade do povo Kanindé é a comunicação. É prática comum gritos nas encostas das ribanceiras para o repasse de informações. Ao se aproximarem das casas ou passarem próximo uns dos outros, os Kanindés costumam emitir gritos finos como sinal de chegada, saudação e/ou amizade/camaradagem. Outra peculiaridade que pode ser observada no interior das casas dos Kanindés são os assentos em bancos de cimento ou de barro com encostas nas paredes para as visitas que comumente chegam às residências pelas cozinhas (GOMES, 2012).

Povo Kanindé de Aratuba e a educação formal

A propósito de esclarecimento, destacamos que as tentativas de implantação da educação formal aos povos indígenas ocorrem em território brasileiro desde a chegada dos jesuítas à Bahia, em 1549. Tais tentativas sempre tenderam para a aculturação e descaracterização identitária étnico-cultural dos povos indígenas. O caso passou a ter uma certa regulamentação e cuidados para esse drama somente com a publicação da

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991. Essa portaria (haja vista ter envolvido os ministérios da Justiça e da Educação) não só reconheceu que a educação no Brasil destinada às populações indígenas sempre primou pela destruição cultural dos nativos, como reivindicou do governo uma “escolarização formal com características próprias e diferenciadas, respeitadas e reforçadas” as especificidades e peculiaridades de todos os povos indígenas do país.

A tarefa de uma comunidade indígena aderir ao ensino formal, sem perder de vista suas afirmações étnico-culturais, não é das mais fáceis. A educação em estabelecimentos oficiais de ensino obedece ao disciplinamento curricular e didático-pedagógico instituído pelo poder público em seus respectivos níveis de formação e esferas administrativas. Nesse caso, na maioria das vezes, o que ocorre na realidade é que

a escola indígena é, como outra qualquer, dirigida para uma formação universalizada, homogeneizadora dos valores, princípios e da cultura ocidental, implantada por meio de uma pedagogia estranha ao universo cosmológico das sociedades indígenas. Seu conteúdo ideológico está voltado para os interesses capitalistas. Mesmo dentro da escola indígena, as “coisas de índio” são apresentadas às crianças como algo exótico e fora da realidade do mundo moderno (ISAAC; RODRIGUES, 2017, p. 24).

Com efeito, a educação formal tem se tornado realidade do cotidiano dos povos indígenas, sobretudo os urbanizados, a partir da década de 1990. Porém, é necessário ressaltar que a educação formal indígena deve se diferenciar, pelo menos em tese, por atender às diretrizes, normas e legislação do poder público e, ao mesmo tempo, não descaracterizar ou vetar, de modo explícito ou camuflado, as práticas étnico-culturais Kanindé.

No caso do povo Kanindé, a educação formal iniciou-se a partir de 1999. Com a esperança de perpetuar a cultura e de diminuir e até superar as barreiras discriminadoras e preconceituosas, bem como as injustiças sociais, econômicas e culturais, as lideranças

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



do povo Kanindé buscaram bravamente implantar uma escola regular na comunidade. Com turmas de jovens e adultos, tendo apenas inicialmente 27 alunos, foi inaugurada, no alto da serra de Aratuba-CE, uma escola indígena. Entretanto, vale ressaltar que não foi tarefa das mais fáceis iniciar a educação formal na aldeia Kanindé.

O início da educação para o povo indígena Kanindé foi muito difícil, principalmente porque foi marcado por um intenso processo de lutas e resistência. Lutas contra as invasões de seu território tradicional, que a todo custo queriam invadir o território e acabar com seus processos culturais e educacionais e principalmente contra as tentativas da negação da identidade em aceitarem-nos como indígenas Kanindé. Foi partindo de todo esse processo que o povo Kanindé buscou implantar a sua formação educacional diferenciada e específica para suprirem suas necessidades criando uma “escola do nosso jeito”, só assim os índios Kanindé amenizariam o grande preconceito que assolava a comunidade vinda de outros segmentos da sociedade envolvente e também, muitas das vezes, dentro da própria comunidade (CEARÁ, 2015, p. 10).

A iniciativa de se criar uma escola regular para o povo Kanindé em Sítio Fernandes de Aratuba-CE teve como força motriz a participação dos professores Suzenilton Santos e Terezinha Barrozo e da liderança Benício Lourenço, que desde o ano de 1999 já vinham ensinando em suas próprias residências e em residências de famílias locais na comunidade. Todavia, a busca por uma escola regular para o povo Kanindé consolidou-se após os referidos professores participarem de um seminário sobre educação escolar indígena no Ceará, ocorrido no Centro de Ensino em Treinamento em Extensão Rural (Cetrex), no município de Caucaia-CE, Região Metropolitana de Fortaleza.

Depois da realização do mencionado evento, os docentes retornaram à aldeia Kanindé e convocaram outras lideranças indígenas para uma reunião na comunidade, circunstância em que foi discutida a ideia de formarem duas salas de aula de jovens e adultos; na ocasião, os professores indígenas Kanindés escolhidos foram os próprios Suzenilton Santos e Terezinha Barrozo. Esses docentes trabalharam por dois anos de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



forma voluntária; somente após várias reuniões e de uma audiência pública com representantes da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc) e da Aika, foi desenvolvido um projeto para remunerar os referidos educadores, os quais, a partir do ano de 2002, passaram a ser remunerados através de um depósito bancário em nome da Aika (CEARÁ, 2015).

Com efeito, a educação formal do povo Kanindé iniciou suas atividades como Escola Indígena Diferenciada com um total de 40 discentes divididos em duas turmas de 20 estudantes cada uma. Em seguida, surgiu mais uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a docência do professor indígena Kanindé Elenilson Gomes dos Santos. É necessário atentar para o fato de que

Do ponto de vista educacional, não haverá educação diferenciada, específica, bilíngue e intercultural se os índios não sistematizarem uma educação escolar baseada na pedagogia da sua própria sociedade. Isso inclui o uso da língua materna como oficial da escola e o ensino da religiosidade autóctone. Os modelos da sociedade ocidental não servem senão para criar as condições ideológicas para sua dominação pelas elites da sociedade abrangente. (ISAAC; RODRIGUES, 2017, p. 24).

A escola indígena Kanindé de Fernandes tem resistido a partir do acompanhamento das lideranças e professores(as) Kanindés, que não abrem mão dos objetivos expostos no próprio projeto político-pedagógico da escola, quais sejam: educar para o conhecimento histórico do povo Kanindé e a comunidade indígena local; formar lideranças indígenas Kanindés para continuar a luta em defesa da terra; postergar o legado cultural do povo Kanindé; e garantir uma educação de qualidade a partir da realidade indígena local, inclusive com cursos de formação para professores Kanindés.

Nessa direção, os educadores Kanindés, tão logo conquistaram o reconhecimento docente formal, fizeram um curso de formação para o magistério indígena, com carga horária de 3.400 horas-aula, com início em 2001 e término em 2003. O referido curso somente foi conseguido após muitas reivindicações e

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



movimentos organizados das lideranças do povo Kanindé. Tal curso é considerado pelos(as) docentes Kanindés e lideranças indígenas locais como uma das maiores conquistas do povo indígena Kanindé, “pois veio a dar sustentabilidade ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos indígenas Kanindés, servindo também como suporte metodológico diante do processo de crescimento e histórico da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos” (CEARÁ, 2015, p. 11).

A formação desses professores indígenas para exercerem suas atividades na educação formal em sua comunidade indígena de origem tem tido um impacto sustentável bastante positivo, pois desenvolvem atividades e ações educativas, conhecendo, reconhecendo, debatendo e perpetuando a história de seu povo de forma bem consciente e identitária com seus costumes, arcabouço cultural material e imaterial. Nesse caso, “É preciso ter claro que, quando os educadores indígenas afirmam que gostariam de uma ‘história bem ensinada’, eles estão se referindo a uma história que reforce e reconheça um projeto étnico-cultural” (BORGES, 1999, p. 93).

Corroborando as assertivas acima, é válido ressaltar que o currículo formal aplicado aos discentes da escola indígena em debate possui em seu bojo conteúdos pertinentes e peculiares em prol de um projeto étnico-cultural sustentável, conforme componentes curriculares trabalhados em seus respectivos eixos de ensino-aprendizagem desde a educação infantil, a saber: língua oral Kanindé, artes, expressões culturais e espiritualidade na educação infantil, etnomatemática indígena, saberes tradicionais indígenas e suas encantarias, cultura e sociedade indígena, legislação e política indígena, filosofia e movimentos indígenas, antropologia e aldeia (CEARÁ, 2015).

A escola formal dos Kanindés é realmente diferenciada e busca ensinar atendendo às diretrizes oficiais do estado, porém sem abdicar de ensinar a história dos ancestrais dos Kanindés, sua cultura e suas representações materiais e simbólicas.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Consoante um dos líderes da comunidade, José Cícero Pereira dos Santos, tal fato se dá em razão da quantidade de professores que ensina na escola indígena:

95% são índios. Enquanto uns vão fazer faculdade, os que ficam saem com os alunos nas casas dos mais velhos da comunidade para fazerem perguntas, entrevistas e continuar as tradições.

O fato é que as lideranças do povo Kanindé participam e acompanham atentamente o funcionamento das práticas didático-pedagógicas na escola indígena de Fernandes, fazendo parte inclusive de uma espécie de Conselho Consultivo e Deliberativo nas escolhas de conteúdos para experiências de aprendizagens étnico-culturais. Nesse sentido, o senhor José Maria Pereira dos Santos, cacique Sotero, informa:

Nós temos toda a abertura da escola, tanto pela manhã como à tarde; temos um ritual de começar a aula de segunda a sexta. E, às quintas, tem um ritual também. Todos os primeiros sábados de cada mês, temos uma reunião na Associação dos Fernandes às quatro horas da tarde. E, na aldeia Balança, todos os segundos sábados às quatro horas da tarde.

Com o aumento sistemático de alunos(as) e das permanentes reivindicações das lideranças Kanindés – cacique Sotero, pajé Maciel e Cícero Pereira – e dos professores Terezinha Barrozo e Suzenilton Silva, o povo Kanindé conquistou a autorização, funcionamento e registro de uma escola através da resolução do Conselho de Educação do Ceará, Resolução nº 382/2003. Inicialmente a escola recebeu o nome de Escola de Ensino Diferenciado de Fernandes de Cima e Fernandes de Baixo em razão da distância entre as salas de aula e das diferenças geográficas do terreno local. Porém, em 2005, o senhor Paulo Mané (*in memoriam*) fez a doação de um espaço para a construção da escola indígena; por ter sido herança do senhor Manoel Fernandes dos Santos, falecido irmão do doador, o povo Kanindé colocou o nome da instituição de Escola Indígena

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Manoel Fernandes dos Santos em homenagem ao falecido (SILVA, 2016).

Figura 6 – Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, em Fernandes, Aratuba-CE



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2018).

A atual escola indígena, situada em Sítio Fernandes, Aratuba-CE, construída em 2005, possui arquitetura moderna, atendendo aos padrões da Funai e do Ministério da Educação (MEC). A escola possui dois blocos com área construída de 30 m x 20 m protegida por muros e grades. Também dispõe de acesso adequado para pessoas deficientes, abastecimento de água da rede pública, cisterna e rede de esgoto. A referida unidade escolar oferece os cursos essenciais da educação básica: educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio na modalidade normal e EJA médio (CEARÁ, 2015).

É válido destacar que há em uma de suas laterais a imagem identificadora de seu representante maior de defesa, o cacique Sotero, com os dizeres “Povo Kanindé”. A escola, além de uma conquista histórica da comunidade, representa não somente um estabelecimento de ensino formal, mas um local de vivências, com trocas de experiências do saber-fazer e do aprender-perpetuar as histórias, memórias e práticas

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



culturais identitárias do povo Kanindé em Aratuba-CE.

Conclusão

O objetivo geral proposto neste artigo foi o de compreender traços, perfis e práticas identitárias étnico-culturais indígenas e aspectos educacionais dos descendentes do povo Kanindé da localidade de Fernandes, em Aratuba, Ceará, Brasil. Conforme a escrita foi sendo desenvolvida, explicitaram-se a perpetuação ancestral do legado cultural, os modos do saber-fazer e o cotidiano identificador dos atuais Kanindés descendentes dos Janduí: as práticas agrícolas, o caçar, o pescar, o dançar, os ritos, os mitos, as lendas e as formas de produzir, seja o extrativismo vegetal, seja a fabricação de utensílios diversos.

Destarte, a identificação e as práticas étnico-culturais são perpassadas e cultivadas através da história e memória dos mais velhos aos mais jovens integrantes do povo Kanindé de Aratuba-CE. Tais práticas de transmissão do legado cultural Kanindé, além de acontecer por meio da educação informal, ocorre também por meio da educação formal, sobretudo com a implantação e o funcionamento de cursos da educação básica com a maioria de professores descendentes Kanindés que efetuam seus trabalhos docentes na Escola Indígena Manoel Francisco Fernandes *in loco*.

Desse modo, em linhas gerais, é válido ressaltar que as escolas indígenas não podem nem devem abrir mão da missão de cumprir a matriz curricular, incluindo de forma decisiva o ensino e o reconhecimento do patrimônio histórico-cultural como parte integrante e inseparável das questões étnico-identitárias dos povos nativos indígenas. Essa deve ser uma luta constante tanto de educadores como de todos da comunidade escolar sob pena de perdermos as identidades étnico-culturais de nossos ancestrais civilizados das florestas.

Conclui-se que o povo Kanindé de Aratuba-CE resiste, preserva e mantém viva a

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



identidade étnico-cultural, expressa em suas práticas cotidianas do saber-fazer canalizadas pela educação formal, que assegura, ao lado da educação informal, a história e a memória de seus ancestrais. O que se pode observar na realidade da educação formal da comunidade indígena Kanindé é que a metodologia do trabalho docente, com aulas de campo visitando as famílias e ouvindo as histórias dos mais velhos e suas práticas étnico-culturais, reforça que a educação formal na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos é diferenciada, no sentido de atender às diretrizes curriculares do estado, porém não abdica de um real projeto étnico-cultural visando consolidar e perpetuar o legado ancestral da comunidade.

Referências

BARROS, Aidin de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Paulo Humberto Porto. Uma visão indígena da história. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 49, p.92-106, 1999.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 559, de 16 de abril de 1991. Dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abr. 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CEARÁ. Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. Povo Kanindé. **Projeto Político-Pedagógico**. Sítio Fernandes, Aratuba-CE, 2015.

_____. **Fruto que brotou da luta pela terra**: Povo Kanindé – Aratuba e Canindé. Fortaleza: Importec, 2007.

_____. Resolução nº 382, de 2003. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 2003.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. 2012. 322 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRANDO, Beleni Saléte. **Jogos e culturas indígenas**: possibilidades para a educação intercultural na escola. Cuiabá: UFMT, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ISAAC, Paulo Augusto Mário; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. **Revista Cocar**, Belém, v. 11, n. 22, p.60-86, 2017.

MARTINS, Suerdo Gomes; SANTOS, Suzenilson da Silva. **Pelas veredas da memória**: história, afirmação étnica e organização comunitária entre os índios Kanindé. 2016. 49 f. (Monografia em Licenciatura Intercultural Indígena) – Programa de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. A cultura brasileira “descobre” o Brasil, ou “Que País é este?!” – Uma pergunta à cata de resposta. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p.76-93, 1991-1992.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



- RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- SANTOS, Antônio Nilton Gomes dos et al. **Mapeamento cultural**: comunidade indígena Kanindé de Aratuba. Sítio Fernandes, 2008.
- SANTOS, José Cícero Pereira dos. **Entrevista com José Cícero Pereira dos Santos realizada por Antônio Roberto Xavier**. Aratuba-CE, 11 nov. 2017.
- SANTOS, José Maria Pereira dos. **Entrevista com José Maria Pereira dos Santos realizada por Antônio Roberto Xavier**. Aratuba-CE, 11 nov. 2017.
- SIASI-DISEI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará. **DISEI-CE**. Ceará, 2018.
- SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Mneme**: Revista de Humanidades, Natal, v. 4, n. 7, p.39-46, 2003.
- SILVA, Evania Maria Lima da. **Formação de professores da educação infantil da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos**. 2016. 28 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Programa de Graduação em Pedagogia, Faculdade Kurius, Canindé, 2016.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Sobre os Autores

Antônio Roberto Xavier

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts) e do curso de graduação em Administração Pública, ambos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Unilab, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* <roberto@unilab.edu.br>.

José Gerardo Vasconcelos

Pós-Doutor em História da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime). *E-mail:* <gerardo.vasconcelos@bol.com.br>.

Recebido em: 07/05/2018

Aceito para publicação em: 28/05/2018